

O EMPREGO FORMAL NO SETOR DE CONFECCÕES DE PERNAMBUCO: ANÁLISE TEMPORAL, ESPACIAL E MIGRATÓRIA

Luís Henrique Romani de Campos¹

Resumo: O artigo analisa o emprego formal do setor de confecções em Pernambuco, mostrando sua dinâmica espacial e temporal para o período de 1996 a 2005. A partir disto mostra o declínio do emprego na Região Metropolitana de Recife (RMR), principalmente o baseado em grandes plantas no município de Paulista. Evidencia também o processo de consolidação do pólo de confecções do Agreste, explicitando os municípios que formam o seu núcleo. É feita comparação de indicadores do emprego formal das duas principais regiões produtoras, a RMR e o pólo do Agreste, o que permite evidenciar importantes diferenças qualitativas. São apresentados dados que levam à conclusão de que está havendo importante formalização no Pólo do Agreste.

Palavras-chave: Economia regional. Pólo de confecções do Agreste. Econometria espacial.

Classificação JEL:J81; L23

Abstract: The paper examines the formal employment of the textile sector in Pernambuco State, focusing on its spatial and temporal dynamics for the period of 1996 to 2005. Based on it the paper reveals the decline of the employment in the metropolitan area of Recife (RMR), especially that one based in the large plants in the city of Paulista. The study also shows the consolidating process of the Agreste textile cluster, presenting the municipalities that form its core. Some comparisons using formal employment indicators are done for the two main producing areas, RMR and Agreste Cluster, which allows to show important qualitative differences. The paper presents data that leads to the conclusion that it is happening an important process of formalization in the Agreste Cluster.

¹ Doutor em Economia pelo PIMES, Pesquisador Adjunto da FUNDAJ e Professor da FBV.

Key Words: Regional Economy. Textile cluster of Agreste. Spatial econometric.

JEL Code: J81; L23

I INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo analisar o emprego formal do setor de confecções de Pernambuco a partir de 1996. Com base nesta análise pretende também contextualizar o pólo de confecções do Agreste, dando ênfase a Toritama. Sabidamente, a produção de confecções no Agreste Pernambucano é muito baseada em trabalho informal (TENDLER, 2002; FADE, 2003). Contudo, o conhecimento do comportamento do emprego formal neste setor permite criar um pano de fundo para a compreensão da dinâmica do emprego como um todo, ao mesmo tempo em que pode levantar importantes questões a serem melhor investigadas. Desta forma os objetivos específicos deste artigo são: i) analisar a distribuição espacial da especialização produtiva em confecções, em Pernambuco; ii) determinar qual é o conjunto de municípios que atualmente podem ser considerados como estatisticamente pertencentes ao pólo de confecções do Agreste; iii) analisar as trajetórias do volume de emprego em confecções, bem como aspectos migratórios dos trabalhadores; e iv) apresentar informações introdutórias sobre a informalidade no emprego do setor.

A principal fonte de informação é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que se trata de um relatório anual que todas as empresas formais devem preencher e enviar ao Ministério do Trabalho. Devido ao autopreenchimento e ao fato de somente capturar o emprego formal esta fonte de dados é muitas vezes criticada. O autopreenchimento aumenta muito a probabilidade de erros, diminuindo a confiabilidade. Já, capturar

apenas o emprego formal tende a viesar os resultados, uma vez que a informalidade não se distribui homogeneamente no espaço, no tempo e entre os setores (CAMPOS, 2004).

Contudo, dada a obrigatoriedade e ao avanço da microeletrônica (que permitiu a automatização de boa parte do processo de coleta de dados), a RAIS possui caráter censitário, fazendo com que eventuais erros de medida diluam-se em setores ou regiões com muitos empregados. Apesar de necessitar de cuidados ao analisar os dados da RAIS, a mesma pode ser útil para verificar a distribuição espacial do emprego. Como a RAIS permite a desagregação por setor e município é possível realizar o cálculo do Quociente Locacional (QL) por setor, por município. Esta é a única pesquisa anual existente que permite este cálculo.

O mesmo pode ser feito com dados do Censo Populacional, mas, neste caso, a distância temporal de uma década pode esconder muito a dinâmica do emprego. Apesar desta limitação do Censo, o mesmo também é utilizado neste artigo. Em parte para poder comparar com os dados da RAIS de 2000, em parte para apresentar dados sobre a informalidade no emprego do setor.

Mesmo a RAIS apresentando o viés de subestimar o emprego, a análise de vários anos consecutivos permite que seja revelada parte da dinâmica econômica. Supondo que o nível de informalidade em um município permaneça constante no tempo, a variação do emprego formal pode ser adotada como uma *proxy* da variação do emprego total.² Supondo-se, adicionalmente, que a produtividade do trabalho permaneça constante, as variações no emprego total podem ser uma *proxy* da variação da produção.

² Um importante fator que afeta este raciocínio é o expressivo aumento recente na formalização, que parece estar sendo mais intenso no interior. Contudo, este fato é posterior a 2005, não afetando a análise desenvolvida neste artigo.

Três fatores principais podem afetar estas suposições: i) alterações na política de fiscalização; ii) crescimento (ou decréscimo) econômico muito vigoroso; e iii) aumento da produtividade do trabalho. Se houver um incremento na fiscalização provavelmente irá diminuir a informalidade, fazendo com que o crescimento observado no emprego formal seja uma *proxy* viesada para cima da variação real do emprego. Momentos de intenso crescimento econômico possuem o mesmo efeito, uma vez que a melhoria na situação econômica estimula a formalização do trabalho. Se houver incrementos na produtividade do trabalho haverá uma tendência contrária, ou seja, o crescimento observado no emprego formal será uma *proxy* viesada para baixo do emprego total.

Logo, para analisar o desempenho do emprego em um setor e em uma dada localidade a partir de dados da RAIS com maior segurança é necessário o uso de informações complementares, que permitam o conhecimento de medidas de fiscalização e informações de produtividade.

A RAIS apresenta atualmente outra vantagem, pois permite, a partir de seu módulo RAIS-MIGRA, analisar a migração dos trabalhadores tanto em termos geográficos quanto em termos funcionais. Ou seja, atualmente é possível verificar, dentre os trabalhadores de um setor de um município em que cidade/estado/setor os mesmos estavam em algum ano anterior. Este tipo de estatística permite verificar se uma região está atraindo trabalhadores de outras regiões e também se uma região está mudando seu perfil produtivo.

O presente artigo está organizado em mais cinco seções além desta introdução. Na próxima seção é apresentada uma análise da dinâmica espacial do emprego formal no setor, destacando-se o processo de adensamento do Pólo de Confecções do Agreste (PCA) e a redução do pólo produtivo da Região Metropolitana de Recife (RMR). Nesta seção também são detalhados quais são os municípios que compõem o núcleo

do PCA a partir de critérios econômicos e estatísticos. A terceira seção apresenta uma caracterização do emprego formal, destacando valores absolutos do emprego, que permitem detalhar diferenças substanciais entre o pólo da RMR e o PCA. Na quarta são explorados os dados da RAIS-MIGRA, onde se detalha a origem dos trabalhadores, tanto em termos geográficos, quanto em termos funcionais. Na quinta apresentam-se alguns dados do Censo de 2000 que permitem tecer impressões iniciais e levantar hipóteses sobre a informalidade do emprego no setor. A última seção apresenta as conclusões deste artigo, bem como levanta os pontos que devem ser observados no emprego como um todo em pesquisas de campo que envolvam o PCA.

II A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO NO SETOR DE CONFECÇÕES EM PERNAMBUCO

Um importante indicador espacial do emprego é o quociente locacional, dado pela equação (1) abaixo. Nele relaciona-se a participação percentual do emprego de um setor no total do município com a participação percentual deste mesmo setor considerando-se a região como um todo (CAMPOS, 2004). Para efeitos deste artigo, a totalidade é o estado de Pernambuco e o setor é o de confecções de artigos de vestuário e acessórios.

$$QL_{ij} = \frac{\frac{e_{ij}}{\sum_{i=1}^n e_{ij}}}{\frac{\sum_{j=1}^k e_{ij}}{\sum_{j=1}^k \sum_{i=1}^n e_{ij}}} \quad (1)$$

Onde, o índice i indica o setor em questão e o índice j indica o município.

Campos (2004) demonstra que quando $QL_{ij} > 1$ entende-se que aquele setor tem maior importância naquele município do que na média do estado, o que permite supor que aquele é um município que tende a vender os produtos deste setor para os demais. Quando se utiliza uma grande desagregação espacial (dados municipais) e setorial (sub-divisões industriais) muitas vezes o valor do QL da maioria dos municípios é nulo, tendo em vista que nem todos os setores têm emprego formal em todos os municípios.

Quando os dados foram tabulados notou-se que em 1998 e 2000 o município de Santa Cruz mostrou emprego no setor, mas não nos demais anos. Como pode ter havido erro de tabulação, tendo em vista que uma das cidades que notoriamente possui o setor de confecções é Santa Cruz do Capibaribe, buscou-se no Censo de 2000 verificar se havia emprego de confecções em Santa Cruz. Como o Censo de 2000 não acusou nenhum morador trabalhando nesta divisão, optou-se por reclassificar estes trabalhadores para Santa Cruz do Capibaribe.

Uma forma mais fácil de analisar os resultados do QL é observar o mapa. Os mapas de 1 a 4 apresentam as distribuições dos QLS de 1996, 1999, 2002 e 2005 (veja anexo). O mapa 6 (veja anexo) apresenta o QL a partir de dados do Censo de 2000. Os municípios em azul são os que possuem QL abaixo da média estadual que por sua vez é inferior a 1. Ou seja, são municípios onde não há o emprego de confecções ou o mesmo tem importância muito pequena para a economia municipal.

Em laranja escuro estão os municípios que estão acima dos dois desvios padrões, ou seja, aqueles onde há forte concentração de trabalhadores formais do setor de confecções. Em 1996 foram detectados 5 municípios nesta situação. São eles: Paulista, Agrestina, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Ao todo, apenas 10 municípios apresentaram QL

superior a 1. A principal característica é que havia grande desconcentração espacial destes municípios.

Em 1999, já se observa importante concentração espacial nos municípios com alto QL. Nesse ano, foram 6: Caruaru, Itambé, Paulista, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Ao todo 14 municípios apresentaram QL acima de 1.

A configuração da concentração do emprego total (formal e informal) apresentada em 2000 a partir de dados do Censo revela o Agreste como a região espacialmente especializada em confecções. Os 6 municípios com elevado QL foram: Riacho das Almas, Vertentes, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Essa lista com alguns municípios diferentes do mapa com dados da RAIS em 1999 deve-se a uma importante característica do pólo. A pendularidade do trabalho. O Censo captura onde a pessoa reside e a RAIS onde ela trabalha, logo os deslocamentos diários entre cidades para trabalhar gera estas distorções.

Em 2000, 21 municípios apresentaram QL acima de 1, conforme dados do Censo. Uma importante distorção entre os dados da RAIS e os do Censo é o município de Paulista que apresentou QL de 0,637 pelo Censo e de 13,547 pela RAIS. Esta divergência ocorre devido à diferença de informalidade deste município frente aos municípios do Agreste. Como Paulista tem maior nível de formalização em confecções e maior informalidade em outros setores, a importância relativa de confecções é menor nos dados do Censo do que nos dados da RAIS.³

Em 2002, mantém-se o padrão de concentração geográfico, mas com um número menor de municípios com elevado QL, 4 ao todo: Paulista, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do

³ Mais detalhes sobre a informalidade são tratados na seção 5.

Norte e Toritama. Cumpre destacar que o ponto de corte foi o mais elevado dos anos selecionados, de 8,52 e que Caruaru obtém neste ano QL de 8,48, podendo ser acrescentado a esta lista, sem perda de generalidade. O número de municípios no Estado com QL acima de 1 passou a ser de 15.

Finalmente, em 2005, observa-se um novo padrão locacional. O pólo do Agreste mostra-se como grande concentrador do emprego, mas com espraiamento deste em direção ao oeste. Cinco municípios apresentam QL muito alto. Caruaru, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Ao todo, 17 municípios apresentam QL acima de 1, especializam-se no emprego de confecções.

Estes dados permitem concluir que ao mesmo tempo em que ocorre uma concentração do emprego formal em confecções no entorno de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte e Caruaru, ocorre uma elevação do número de municípios cujo QL é superior a 1, ou seja onde o setor de confecções tem importância relativa elevada. Cumpre destacar que dos 17 municípios com QL superior a 1, 12 (70,6%) são contíguos (estão na mesma ‘mancha’), ou seja pertencem a uma mesma lógica de distribuição do emprego formal.

É importante também observar que este formato da distribuição do alto QL em direção ao Oeste faz com que Pesqueira, que em 1996 estava isolada, tenha se unido ao pólo. Em outros termos, o *spillover* de emprego observado no pólo do Agreste foi no sentido de uma tradicional cidade produtora de confecções, mas com ênfase em rendados.

Outra indicação utilizada para identificar aglomerações produtivas é o Índice de Moran. Este indicador consiste em uma análise de correlação espacial, onde se relaciona o valor observado em um município com os municípios de sua vizinhança. Existem várias formas de considerar a vizinhança. Duas das mais utilizadas são a estilo ‘torre’ e estilo ‘rainha’. Na

definição ‘torre’ são considerados vizinhos os municípios que possuem divisa adjacente. Já na definição ‘rainha’ são considerados vizinhos os municípios que possuem qualquer tipo de divisa com o de referência. Para efeitos deste artigo, considerou-se o estilo rainha, menos restritivo, para cálculo da matriz de vizinhança, W .⁴ Formalmente o índice de Moran é dado por⁵:

$$I = \frac{z'Wz}{z'z} \quad (2)$$

onde z é o vetor com o indicador em questão, neste caso, o QL. A tabela 1 apresenta o resultado do cálculo do índice de Moran para o período de 1996 a 2005. A coluna Moran apresenta o valor da correlação encontrada. A significância testa a hipótese nula de que o emprego é distribuído de forma aleatória no território Pernambucano.⁶ Apenas no ano de 1996 não se rejeitou a hipótese nula, ou seja, apenas em 1996 não havia evidências suficientes para se afirmar que houvesse uma distribuição espacial concentrada em Pernambuco. Outro fato importante é que o índice eleva-se até 2000, permanecendo alta a partir de então.

Também é importante destacar que o cálculo do índice de Moran usando dados do Censo apresenta uma evidência muito mais clara de concentração espacial de confecções em Pernambuco. O valor encontrado, de 0,53 é quase o dobro do obtido com dados da RAIS. Tal fato apenas faz com que as conclusões em favor da concentração espacial em torno do Agreste sejam corroboradas.

⁴ Para maiores detalhes, consulte Magalhães e Hewings (2000).

⁵ Para maiores detalhes, consulte Anselin (1988).

⁶ Para proceder os cálculos e obter a significância utilizou-se o programa Geoda. O cálculo da significância utiliza procedimento bayesiano para não ser necessária a hipótese de que os valores seguem uma distribuição normal no estado.

Tabela 1: Índice de Moran para o setor de confecções em Pernambuco (1996 – 2005)

Ano	Moran	Significância
1996	0,0345	0,1140
1997	0,0771	0,0410
1998	0,1591	0,0070
1999	0,2037	0,0020
2000	0,2783	0,0010
2000*	0,5302	0,0010
2001	0,2348	0,0030
2002	0,2184	0,0020
2003	0,2232	0,0060
2004	0,2232	0,0040
2005	0,2537	0,0020

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Calculado a partir de dados do Censo.

O teste de Moran tem duas principais limitações. A primeira é que o mesmo pode não capturar processos muito localizados, ou seja, se houver uma aglomeração em apenas uma região geográfica, mas esta não seja muito relevante, o índice não capturará isto. Em termos matemáticos, o teste pode não capturar efeitos locais. A segunda limitação diz respeito à que o mesmo não permite localizar onde estão e qual a lógica da distribuição dos dados no espaço. Isto é suplantado pelo teste de LISA (“*Local Indicators of Spatial Association*”) proposto por Anselin (1995) e implementado para o ano de 2005. Intuitivamente, o mesmo é uma versão local do teste de Moran. A vantagem é que ele identifica quais são as localidades que tem média superior à da região e tem como vizinhas localidades que também têm este indicador acima da média.

Para o caso específico deste artigo, interessa aquelas localidades onde a concentração do emprego (QL) estiver acima da média do Estado e, ao mesmo tempo, tiverem como seus

vizinhos a mesma situação. Os resultados do teste LISA estão apresentados no mapa 5, anexo, e indicam que o núcleo do APL de confecções do Agreste de Pernambuco é composto pelos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Ou seja, os municípios onde a concentração de trabalho formal no setor de confecções é mais intensa e de onde está irradiando trabalho para os municípios vizinhos.

A tabela 2 apresenta o crescimento populacional dos municípios do núcleo o Pólo de Confecções do Agreste (PCA).

Tabela 2: Crescimento anual da população 2000 a 2007

Município	Taxa de Crescimento
Caruaru	1,81*
Santa Cruz do Capibaribe	3,21
Taquaritinga do Norte	1,19
Toritama	4,62
Pernambuco	0,76**

Fonte: IBGE

Notas: * Percentual estimado pelo IBGE; ** Percentual estimado a partir das taxas calculadas pela contagem de 2007 e pelo crescimento estimado pelo IBGE.

Nota-se que todos os municípios do pólo têm apresentado crescimento populacional muito acima da média do Estado, sendo que Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, onde o mesmo se origina, apresentam taxas muito elevadas, mesmo para municípios de pequeno porte. Isto mostra a polarização econômica que está ocorrendo devido à produção de vestuário e ajuda a entender parte do movimento de formalização do trabalho observado nos últimos anos.

III AS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO FORMAL

A análise da concentração espacial e da dinâmica da distribuição da especialização do emprego permite detalhar

quais são os municípios que formam o núcleo do pólo de confecções. Contudo, esta análise, por tratar-se de dados relativos, não permite vislumbrar toda a dinâmica do volume do emprego formal do setor no estado. Esta seção busca este tipo de detalhamento. A tabela 3 apresenta a evolução do emprego formal em alguns municípios de Pernambuco. A seleção dos municípios para comporem esta tabela partiu, a princípio, da escolha daqueles que apresentaram QIs altos nos mapas anteriormente citados. A eles somaram-se municípios cujo QI está acima de um nos últimos anos e também municípios onde o QI é inferior a um, mas o volume de emprego não é desprezível. Neste último caso estão os municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. O total de emprego observado nestes 15 municípios correspondeu a, no seu nível mínimo, 92,8% do emprego de Pernambuco, ou seja, pode-se afirmar que a dinâmica destes 15 municípios representa o total da dinâmica do emprego formal em confecções do Estado.

Abaixo do total do emprego do Estado está representado o total do emprego no núcleo do pólo do Agreste e na região Metropolitana de Recife (RMR). Ocorre uma nítida inversão na participação do emprego formal. Em 1996, 80,4% do emprego formal estavam em 4 municípios da RMR enquanto que apenas 8,5% estavam no PCA. A participação da RMR reduz-se ano a ano, chegando a 27,5%, em 2005. Esse comportamento deve-se à drástica queda de empregos em Paulista. Nesse município, a queda foi de 80,0% e é altamente relevante, tendo em vista que, em 1996, sua participação no Estado foi de 46,1%. Recife também sofre perda de trabalhadores, mas esta é menos intensa, de 23,4%, e, apesar de sua perda na participação relativa, em 2005, ele ainda era o segundo maior município que empregava pessoas na confecção.

Tabela 3: Evolução do emprego formal nos principais municípios produtores (1996 a 2005)

Município	1996	1997	1998	1999	2000
Agrestina	47	44	41	40	37
Belo Jardim	20	114	120	158	284
Caruaru	671	1.595	2.002	2.042	2.069
Itambé	67	85	137	146	24
Jaboatão dos Guararapes	163	187	195	231	233
Olinda	165	159	201	338	371
Paulista	4.436	2.735	2.236	3.038	2.912
Pesqueira	327	219	246	193	170
Recife	2.982	2.768	2.470	1.996	2.275
Sanharó	18	25	41	49	56
Santa Cruz do Capibaribe	74	73	802	669	781
Surubim	0	9	12	29	43
Taquaritinga do Norte	0	0	75	95	129
Toritama	76	148	313	264	374
Vitória de Santo Antão	33	62	56	69	90
Total	9.631	8.740	9.419	9.870	10.568
Núcleo do Pólo	821	1.816	3.192	3.070	3.353
Núcleo da RMR	7.746	5.849	5.102	5.603	5.791
Município	2001	2002	2003	2004	2005
Agrestina	36	39	45	41	39
Belo Jardim	271	101	176	157	226
Caruaru	2.071	2.637	3.168	3.781	4.645
Itambé	23	23	47	48	18
Jaboatão dos Guararapes	271	224	234	211	225
Olinda	325	212	107	135	189
Paulista	2.002	2.021	1.140	1.057	888
Pesqueira	156	165	170	149	155
Recife	2.464	2.370	2.191	2.475	2.283
Sanharó	103	109	85	82	95
Santa Cruz do Capibaribe	914	1.070	1.153	1.357	1.728
Surubim	64	91	107	133	154

Taquaritinga do Norte	113	149	152	149	158
Toritama	503	701	1.129	1.248	1.251
Vitória de Santo Antão	86	118	105	136	166
Total	10.127	10.711	10.628	11.877	13.046
Núcleo do Pólo	3.601	4.557	5.602	6.535	7.782
Núcleo da RMR	5.062	4.827	3.672	3.878	3.585

Fonte: RAIS/MTE.

Os 4 municípios do núcleo do PCA apresentam taxas de crescimento muito intensas com o início de suas séries históricas marcadas por grandes saltos do emprego formal, cuja explicação, muito provavelmente, deve-se ao esforço de fiscalização. Apesar da inversão na participação do emprego, reduzindo em Paulista e crescendo em Caruaru, não se deve levantar a hipótese de que os empregos gerados em Caruaru tenham substituído os de Paulista. Isto porque o perfil de empresas e de produção dos dois municípios é muito diferente. Em Paulista, o emprego era concentrado em grandes empresas, enquanto que em Caruaru, em pequenas. Isto pode ser verificado pela Tabela 4, onde está presente a evolução tanto do tamanho das empresas quanto do número de estabelecimentos.

A tabela 4 corrobora a conclusão de que a RMR e o PCA são os grandes responsáveis pela produção de confecções em Pernambuco, isto porque, na média, 83,0% dos estabelecimentos do setor pertenciam a estas duas regiões.

O número de empresas no setor cresce 137,5% entre 1996 e 2005 no Estado, com 2000 apresentando a menor taxa de crescimento e 2005 a maior. Já quando se observa apenas o pólo, o crescimento observado é de 647,6%, com 1998 apresentando o crescimento mais intenso e 2002 o menor crescimento.

Tabela 4: Evolução do número de estabelecimentos e seu tamanho médio (1996-2000)

Especificação	Número de estabelecimentos				
	1996	1997	1998	1999	2000
Pernambuco	550	584	655	734	771
RMRecife	355	347	309	307	306
Pólo	105	145	241	298	333
Paulista	14	13	10	13	18
Toritama	9	15	17	21	26
	2001	2002	2003	2004	2005
Pernambuco	844	937	1.025	1.136	1.306
RMRecife	311	343	342	329	320
Pólo	375	412	507	620	785
Paulista	13	18	19	23	17
Toritama	34	39	66	88	104
Especificação	Tamanho médio dos estabelecimentos				
	1996	1997	1998	1999	2000
Pernambuco	17,5	15,0	14,4	13,4	13,7
RMRecife	21,8	16,9	16,5	18,3	18,9
Pólo	7,8	12,5	13,2	10,3	10,1
Paulista	316,9	210,4	223,6	233,7	161,8
Toritama	8,4	9,9	18,4	12,6	14,4
	2001	2002	2003	2004	2005
Pernambuco	12,0	11,4	10,4	10,4	10,0
RMRecife	16,3	14,1	10,7	11,8	11,2
Pólo	9,6	11,1	11,0	10,5	9,9
Paulista	154,0	112,3	60,0	46,0	52,2
Toritama	14,8	18,0	17,1	14,2	12,0

Fonte: RAIS/MTE.

Os anos de 2003 a 2005 apresentam taxas de crescimento muito similares. Em Toritama, o crescimento é ainda mais surpreendente, de 1055,6%. Os maiores crescimentos ocorrem em 1998 e 2003. Estes dados comprovam que há aumento da importância do pólo no cenário estadual, bem como mostra que a dinâmica produtiva dentro do pólo não parece ser homogênea.

O deslocamento da importância do setor em direção ao pólo reduz consideravelmente o tamanho das empresas. Com

exceção de 2000 e 2004 em todos os anos diminuiu o tamanho médio dos estabelecimentos. Isto pode ser reflexo de dois efeitos. Por um lado, as pequenas empresas estão se formalizando e por outro, está havendo fechamento de postos de trabalho formal em empresas de grande porte na RMR e abertura em empresas de menor porte no Pólo.

A redução deste tamanho médio não implica em que as empresas do pólo estejam diminuindo. A média pode reduzir mesmo com algumas empresas tendo crescido. Isto ocorre, principalmente, se o número de novas empresas (ou de empresas que se formalizaram) seja muito grande. Em outros termos as empresas existentes podem ter crescido, mas o surgimento de muitas empresas pequenas pode diminuir o tamanho médio. O tamanho médio dos estabelecimentos com emprego formal de Toritama mostra um histórico interessante. O tamanho dobra em 1998, indicando que pode ter havido forte formalização de empresas com número médio de funcionários. Posteriormente, a média volta a cair, indicando formalização de empresas menores. O novo pico de 2002 já pode ter sido resultado tanto do crescimento vegetativo das empresas já formalizadas, quanto da formalização de empresas médias naquele ano. Outro fato interessante é que apenas em 1997 o tamanho médio das empresas formais em Toritama foi inferior à média das empresas do pólo. Isto indica um perfil diferente das empresas formalizadas neste município em comparação com os demais, mais um argumento em favor de levantar a hipótese de grande heterogeneidade dentro do pólo.

A diferença de perfil produtivo das empresas de confecções da RMR e do PCA pode ser vista também a partir da tabela 5, que apresenta os salários médios nos principais municípios, destacando-se a média da RMR e do núcleo do PCA. O salário médio na RMR é 30,9% superior ao salário médio do PCA. Se for comparado o salário de Paulista com a média do PCA esta diferença fica ainda mais evidente: 51,7%.

Logo, pode-se afirmar que existem dois perfis produtivos distintos no estado. Um mais ligado à grande indústria, localizado na RMR e outro mais ligado a redes de pequenos fabricantes, localizado no PCA.

Tabela 5: Salários médios do emprego formal nos principais municípios produtores - 2005

Município	Salário médio
Agrestina	385,76
Belo Jardim	395,51
Caruaru	371,97
Itambé	359,91
Jaboatão dos Guararapes	390,00
Olinda	383,99
Paulista	557,08
Pesqueira	452,55
Recife	467,84
Sanharó	368,41
Santa Cruz do Capibaribe	363,24
Surubim	307,63
Taquaritinga do Norte	340,85
Toritama	358,85
Vitória de Santo Antão	338,33
Total	398,41
Núcleo do pólo	367,29
Núcleo da RMR	480,64

Fonte: RAIS/MTE.

A tabela 6 apresenta o nível de escolaridade dos empregados formais em 2005. Destaca-se nitidamente a diferença de escolaridade existente entre Paulista e o núcleo do PCA. Enquanto em Paulista o percentual de analfabetos é nulo, e na RMR é de 0,4%, no núcleo do PCA é de 1,5%, bem mais alto, o que indica problemas na qualificação dos trabalhadores

do Agreste. O percentual de empregados com segundo grau completo ou mais é de 39,0% em Paulista, 42,3% na RMR e de apenas 20,0% no PCA. Esta diferença de escolaridade pode estar ligada aos seguintes fatores: i) ser reflexo de uma menor escolaridade dos municípios do Agreste em comparação com os municípios da RMR; ii) atividades produtivas com característica diferentes nas duas regiões, sendo as da RMR demandando maior conhecimento formal; iii) preferência explícita dos empregadores do PCA por trabalhadores de menor escolaridade para poder pagar menores salários.

Para verificar a primeira possibilidade é preciso comparar os níveis de escolaridade dos municípios com a escolaridade dos trabalhadores no setor. Para tanto foram incluídas na tabela duas colunas onde se apresenta o percentual de pessoas acima de 25 anos com menos de quatro anos de estudo e com onze anos ou mais de estudos, a partir de dados do Censo de 2000, disponibilizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Nota-se que há uma significativa diferença na escolaridade das pessoas residentes em municípios da RMR, o que leva à aceitação do argumento de que a maior escolaridade dos trabalhadores do setor de confecções na RMR comparado ao PCA deva-se à característica da localidade. Contudo, a maior escolaridade dos trabalhadores da RMR não se deve apenas a este fator, uma vez que os percentuais do emprego formal não mimetizam os percentuais da população.

A coluna (1) é resultado da divisão entre a coluna (c) e a coluna (b) e representa a proporção de trabalhadores mais qualificados em relação aos menos qualificados. Desta forma, Paulista demonstra que para cada 32,5 trabalhadores com alta escolaridade existe 1 trabalhador com baixa escolaridade no emprego formal de confecções.

Tabela 6: Escolaridade no emprego formal nos principais municípios produtores: 2005

Município	Analf. (a)	4 anos		2 grau		Anos de Estudo		(1)	(2)	(3)
		ou menos (b)	ou completo ou mais (c)	4 ou menos (d)	11 ou mais (e)	(c)/(b)	(e)/(d)	(1)/(2)		
Agrestina	2,60%	7,70%	15,40%	66,30%	1,70%	2,00	0,03	78,00		
Belo Jardim	0,00%	10,60%	36,70%	59,50%	4,90%	3,46	0,08	42,04		
Caruaru	0,80%	10,90%	25,00%	40,40%	6,80%	2,29	0,17	13,63		
Itambê	0,00%	22,20%	16,70%	67,30%	2,70%	0,75	0,04	18,75		
Jaboatão dos Guararapes	0,00%	17,30%	29,80%	27,20%	8,40%	1,72	0,31	5,58		
Olinda	0,50%	10,10%	47,10%	22,10%	12,80%	4,66	0,58	8,05		
Paulista	0,00%	1,20%	39,00%	19,80%	8,40%	32,50	0,42	76,61		
Pesqueira	1,30%	19,40%	33,50%	54,90%	3,50%	1,73	0,06	27,09		
Recife	0,50%	6,80%	44,40%	21,80%	17,70%	6,53	0,81	8,04		
Sanharó	0,00%	2,10%	48,40%	61,00%	3,80%	23,05	0,06	369,97		
Santa Cruz do Capibaribe	3,10%	31,10%	12,30%	49,50%	1,90%	0,40	0,04	10,30		
Surubim	0,00%	16,20%	31,20%	58,30%	3,80%	1,93	0,07	29,55		
Taquaritinga do Norte	1,30%	23,40%	19,00%	52,10%	3,20%	0,81	0,06	13,22		
Toritama	2,10%	21,40%	14,40%	57,00%	2,00%	0,67	0,04	19,18		
Vitória de Santo Antão	0,60%	14,50%	25,90%	66,30%	1,70%	1,79	0,03	69,66		
Total	1,1%	13,7%	28,6%							
Núcleo do Pólo	1,5%	17,3%	20,4%							
Núcleo da RMR	0,4%	6,2%	42,3%							

Fonte: RAIS/MTE e Censo 2000, IBGE, apud IPEADATA.

A coluna (2) apresenta esta mesma relação, só que olhando agora as características de escolaridade dos adultos. A coluna (3), que é resultado da divisão da coluna (1) pela coluna (2) apresenta o viés no emprego formal pelo trabalhador com maior

escolaridade. Quanto maior este valor, maior este viés. A leitura dos números destas três colunas revela que não se descarta a hipótese de que o trabalhador na RMR tenha diferenças em relação ao PCA. Contudo, permite rechaçar a hipótese de que as empresas do PCA tenham preferência por trabalhadores com menos escolaridade para manter uma menor remuneração.

Paulista se mostra como um município onde há uma aversão à baixa escolaridade, (de tão grande que é seu viés) ao contrário dos outros municípios da RMR. O fato de Jaboatão, Olinda e Recife possuírem um viés menor que os municípios do PCA pode dever-se à maior diversidade econômica destes, principalmente com o setor de serviços mais desenvolvido, o que dificultaria a contratação, por parte das empresas de confecções, de empregados com escolaridade muito alta. Pode-se afirmar isto porque a razão do número de empregados com escolaridade alta nestes municípios é bem superior aos do PCA.

IV A MIGRAÇÃO DO TRABALHO E A DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL EM TORITAMA

Esta seção tem por objetivo explorar os dados disponíveis na RAIS-Migra para o emprego formal de confecções em Toritama. Esta base disponibiliza a possibilidade de verificar onde e em que setores estavam trabalhando os empregados de certa localidade e certo setor a partir de um ponto de partida. A RAIS-MIGRA acompanha os vínculos dos empregados a partir do seu número do PIS/PASEP, permitindo localizar as migrações e as mudanças de atividades.

A tabela 7 apresenta a distribuição do tipo de ligação dos empregados formais no setor de confecções de Toritama em

2005. De um total de 1.916⁷ registros de trabalhadores neste ano, 64,35% são manutenções no emprego, o que resulta em uma rotatividade de 53,34%⁸, bastante elevada. Outro ponto que se destaca é o elevado volume de primeiro emprego (24,53%), que pode revelar tanto uma tendência de contratação de jovens entrantes no mercado de trabalho quanto ser reflexo da forte formalização observada na última década, ou seja, as empresas contratam trabalhadores com experiência profissional, mas não com registro anterior em carteira. Considerando que 42,37% do emprego correspondem a jovens com menos de 24 anos e que jovens com menos de 17 representam apenas 2,72%, pode-se afirmar que o que houve em Toritama foi a formalização de pessoas já com experiência anterior em confecções, mas sem emprego formal.

Tabela 7: Toritama – Tipo de vínculo formal na divisão de confecções em 2005

Tipo	N.º	%
Primeiro emprego	470	24,53
Reemprego	210	10,96
Transferência sem ônus	3	0,15
Outros	0	0,00
Não admitidos no ano	1.233	64,35
Total	1.916	100,00

Fonte: RAIS-MIGRA.

⁷ O total desta tabela refere-se ao número de trabalhadores que tiveram emprego formal em 2005 e não ao estoque de trabalhadores em 31/12/2005, com o qual se calculou o QL e os demais indicadores na seção anterior.

⁸ A rotatividade foi obtida pela razão entre os trabalhadores fluuantes e o estoque médio de trabalhadores. O volume de trabalhadores fluuantes é igual à diferença entre o total de trabalhadores em 2005 e o estoque médio. O estoque médio, por sua vez, foi obtido pela média do estoque de 2005 com o estoque de 2004.

A tabela 8 apresenta a origem dos trabalhadores formais do setor de confecções de Toritama nos anos anteriores.

Tabela 8: Toritama -Origem dos trabalhadores formais empregados em confecções (1995-2004)

Região/ Estado	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Norte	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
RN	0	2	5	2	2	2	1	1	1	1
PB	5	6	4	6	5	4	4	3	5	6
PE	1.425	994	588	464	321	274	221	123	130	136
AL	0	0	1	1	1	1	1	1	3	3
Outros NE	1	2	1	2	1	1	1	0	1	1
MG	0	0	2	2	4	3	2	2	1	1
ES	2	4	3	4	5	4	4	2	2	0
RJ	0	1	1	1	4	4	0	0	1	3
SP	5	6	10	11	13	12	12	13	24	24
SC	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
MT	0	1	1	0	2	2	1	1	1	0
DF	1	2	2	2	1	0	0	0	1	1
Ignorado	0	0	0	0	1	1	61	1	1	1
Total	1.440	1.018	618	495	362	309	309	148	172	178

Fonte: RAIS-MIGRA.

Por exemplo, dos 1.916 empregados em 2005, 5 deles estavam trabalhando no estado de São Paulo em 2004. O estado de Pernambuco apresenta a maior participação do emprego em virtude de Toritama ser computada nesta linha. O Sudeste apresenta fluxo migratório para Toritama mais intenso que outros estados do Nordeste, o que indica que o vigor de atração do pólo é muito forte.

A tabela também revela que a atração de pessoas do Sudeste tem diminuído expressivamente. Ao todo, 212 trabalhadores formais de Toritama, em 2005, estiveram trabalhando no Sudeste no período de 1995 a 2005 (11,06%) um

contingente importante tendo em vista a distância envolvida e o sentido do fluxo migratório (da região mais desenvolvida para a menos desenvolvida). Também se evidencia na tabela a forte formalização do emprego, uma vez que apenas 9,29% dos trabalhadores formais de 2005 possuíam emprego formal em 1995.

V NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A INFORMALIDADE NO SETOR

Tendo em vista o objetivo deste artigo, não existe a necessidade de tecer ponderações teóricas aprofundadas sobre a informalidade no setor de confecções, apesar deste ser um tema de extrema relevância. O importante é ter uma mínima dimensão do tamanho da distorção que a utilização dos dados da RAIS podem trazer para a análise do emprego no setor em Pernambuco. Para tanto foi elaborada a tabela 9 com base em dados do Censo demográfico de 2000. Nela estão explícitos o emprego formal (aquelas pessoas que se declararam trabalhar em confecções com carteira assinada), o emprego informal (sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria) e os empregadores. A partir destas informações foi calculada a taxa de informalidade para os mesmos municípios onde foram apresentados dados sobre o emprego formal obtido pela RAIS.

Enquanto a RAIS apresentou emprego total de 10.568 pessoas o Censo apresentou um total de 9.485 empregos formais e 63.999 pessoas no total no setor. Tendo em vista que o Censo tem como mês de referência agosto e a informação da RAIS é tomada em dezembro, esta diferença maior para o emprego formal da RAIS pode ser atribuída à sazonalidade. Desta forma, a RAIS confirma-se como um bom indicador do emprego formal. A taxa de informalidade do setor em Pernambuco, em

2000, foi de 84,3% que pode ser considerada como extremamente elevada.

Tabela 9: Emprego no setor de confecções em Pernambuco
2000

Município	Formal	Informal	Empre- gador	Total	Taxa de Infor- malidade
Agrestina	0	33	0	33	100,0%
Belo Jardim	263	408	46	717	60,8%
Caruaru	1.776	8.251	433	10.460	82,3%
Itambé	32	33	0	65	50,8%
Jaboatão dos Guararapes	705	1.707	51	2.463	70,8%
Olinda	432	1.168	25	1.625	73,0%
Paulista	569	947	19	1.535	62,5%
Pesqueira	65	298	37	400	82,1%
Recife	1.640	4.424	173	6.237	73,0%
Sanharó	56	145	13	214	72,1%
Santa Cruz do Capibaribe	567	10.905	633	12.105	95,1%
Surubim	50	285	0	335	85,1%
Taquaritinga do Norte	206	1.521	40	1.767	88,1%
Toritama	272	5.469	144	5.885	95,3%
Vitória de Santo Antão	54	287	0	341	84,2%
Total	6.687	35.881	1.614	44.182	84,3%
Pernambuco	9.485	52.485	2.029	63.999	84,7%
Núcleo do Pólo	2.821	26.146	1.250	30.217	90,3%
Núcleo da RMR	3.346	8.246	268	11.860	71,1%

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Um fator que merece destaque é que há uma importante diferença na informalidade entre os municípios analisados. O núcleo do PCA apresenta informalidade de 90,3% enquanto que o núcleo da RMR de 71,1%. Novamente, as diferenças entre as duas regiões se explicitam, pois a informalidade na RMR é consideravelmente menor. Parte disto deve-se à cultura local, pois os trabalhadores da RMR já tem experiência direta com

emprego formal, ou possuem conhecimentos mais detalhados dos direitos trabalhistas. Além disto, o acesso à justiça trabalhista é mais fácil na RMR do que em alguns dos municípios do PCA. A disparidade das taxas de informalidade entre municípios também permite reforçar a hipótese de um perfil de emprego e produção diferente entre Paulista (na RMR) e Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (no PCA), tendo em vista que a distância entre as taxas é bem mais marcante.

Outro ponto interessante é o grande volume de empregadores no núcleo do PCA. Ao todo, 61,61% das pessoas que se declararam empregadores estão localizados na PCA, enquanto que o núcleo da RMR apresenta apenas 13,21%. Esta informação corrobora a constatação de que o perfil de empresas na PCA é mais focado em micro e pequenas empresas, enquanto que na RMR há a presença de unidades maiores. Para confirmar isto se pode calcular a proporção dos empregados (formais e informais) por empregador em cada município.⁹ Em Paulista, esta proporção é de 49,8%, enquanto que em Santa Cruz do Capibaribe é de 18,1% e em Caruaru de 23,15%.

Tal proporção é bem diferente em Toritama, de 39,86%, o que leva à hipótese de uma alta incidência de emprego disfarçado nas residências. Conforme pesquisas realizadas em 2003, existe uma grande proporção de domicílios onde são realizadas atividades produtivas. A proporção encontrada em pesquisa de campo da Fundaj, em dezembro de 2007 foi de 71,2%. Se o sistema de facção leva à que exista muitas pessoas que trabalham em suas residências, mas totalmente dependentes do fluxo de encomendas de um faccionista, estas se considerarão empregadas sem carteira assinada e não trabalhadores por conta própria. Note-se que do total de 5.469 trabalhadores informais em Toritama, apenas 853 eram trabalhadores por conta própria.

⁹ Tal proporção não pode ser lida como o tamanho médio das firmas, porque a pendularidade do emprego afeta tal lógica, mas é uma boa *proxy* desta informação.

VI NOTAS CONCLUSIVAS

A análise do emprego formal do setor de confecções de Pernambuco e em especial de Toritama, permite apresentar algumas notas conclusivas e levantar muitos pontos onde se devem aprofundar estudos. O primeiro deles é o grande declínio observado no município de Paulista. Não foram apresentadas evidências de que os trabalhadores tenham migrado para o pólo do Agreste, do que decorre um importante questionamento. Este declínio é reversível? Se não for, um importante contingente de trabalhadores está com dificuldades de conseguir emprego, ou deverá ser treinado em outras atividades.

Outra importante questão refere-se ao desempenho do setor de confecções em Recife. O declínio no emprego formal foi muito menor do que o de Paulista e o tamanho médio dos estabelecimentos (medido em número de trabalhadores) é similar ao do PCA. Estes fatos permitem levantar a hipótese de que exista um vigoroso processo produtivo de confecções em Recife, funcionando em moldes similares aos do Agreste, mas que não é objeto de estudos e políticas públicas específicas.

O importante crescimento do pólo de confecções do Agreste tem atraído população e também tem mostrado uma tendência de aumento da formalização do emprego. Contudo, tendo em vista os níveis de informalidade apontados no Censo de 2000 e em pesquisa do SEBRAE em 2003, este é um ponto de alta relevância a ser analisado. Até que ponto o crescimento do emprego formal observado é capaz de fazer com que diminua a informalidade a níveis similares aos de regiões mais desenvolvidas do Estado, e como esta formalização pode ser conseguida, são questões que merecem estudos.

A dinâmica de expansão do PCA, que tem se dirigido a antigos pontos de produção de confecções, mas de produtos

diferenciados, pode levar ao surgimento de uma moda com uma identidade cultural diferenciada, ou o PCA ainda manterá sua característica de seguir as tendências apresentadas por grandes centros produtores é outro ponto que deve ser visto com muito interesse pelas autoridades.

Por fim, dirigindo-se especificamente para Toritama, é relevante verificar as vantagens e desvantagens da alta especialização do município em confecções de jeans. Como Toritama é o município com os maiores valores de QL e sua produção é altamente especializada em um determinado tipo de moda, isto pode levar a uma forte dependência do município e à criação de suscetibilidades em médio prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELIN, Luc. **Spatial Econometrics: methods and models**. Norwell: Kluwer, 1988.

ANSELIN, Luc. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**. Ohio State University Press: 1995. Vol. 27, nº 2 (April) p.93 – 115.

ANSELIN, L.; BERA, A. K.; FLORAX, R.; YOON, M. J. Simple diagnostic tests for spatial dependence. **Regional Science and Urban Economics**. Elsevier Science: 1996. Vol. 26 p.77 – 104.

CAMPOS, Luís Henrique Romani de. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco**. Recife, 2004. 165 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco.

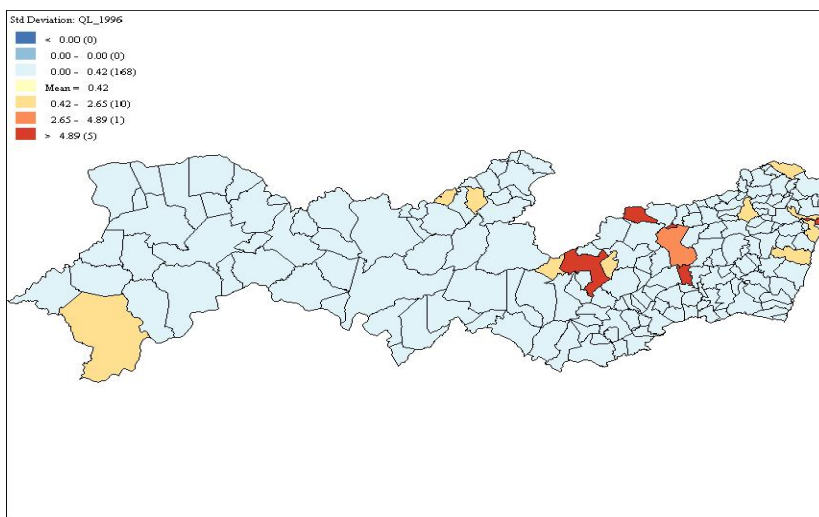
FADE / UFPE. **Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano.** FADE/UFPE/SEBRAE: Recife, 2003. Relatório de Pesquisa.

MAGALHÃES, André Matos. HEWINGS, Geoffrey. **Spatial Dependence and Regional Convergence in Brazil.** Texto para Discussão n° 439. Recife: PIMES, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Brasília, 1996 a 2005, cds.

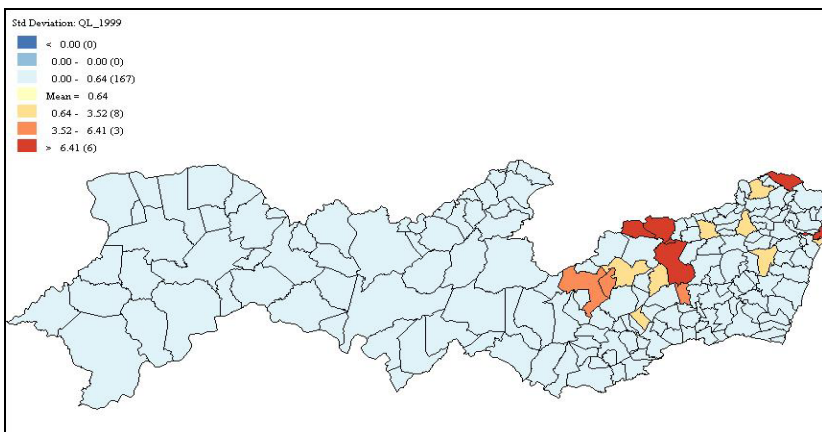
TENDLER, J. Small firms, the informal sector, and the Devil's Deal. *IDS Working Papes*, 2002. 33(3).

ANEXOS



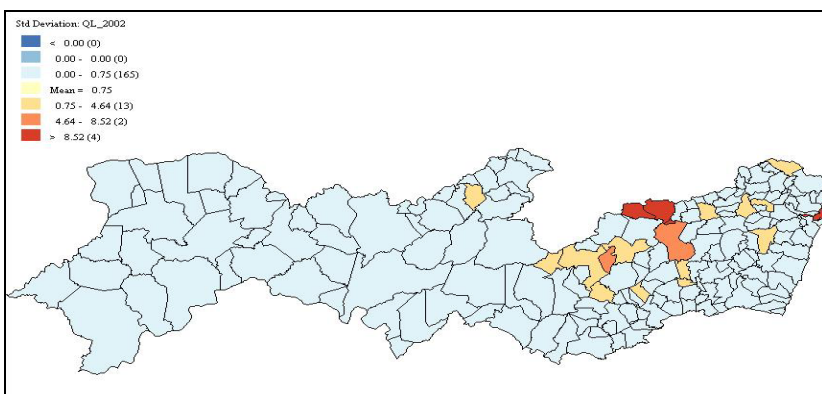
Mapa 1: Distribuição do QL do setor de confeções em Pernambuco em 1996

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



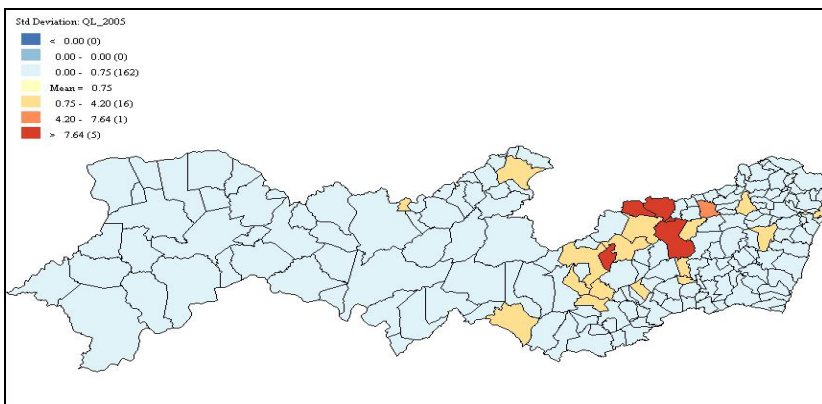
Mapa 2: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 1999

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



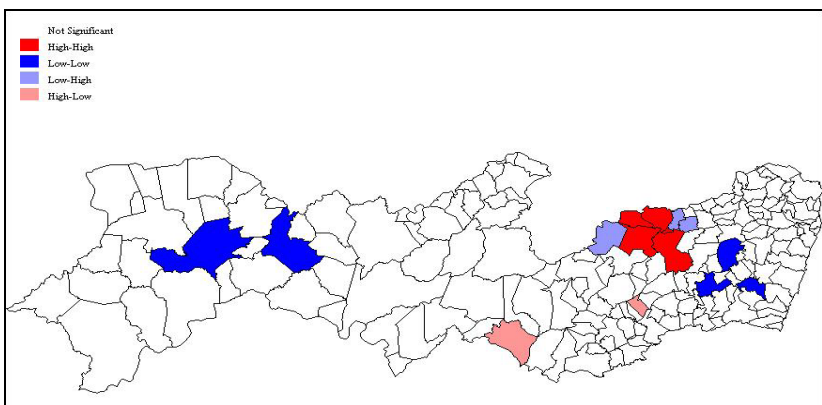
Mapa 3: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2002

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



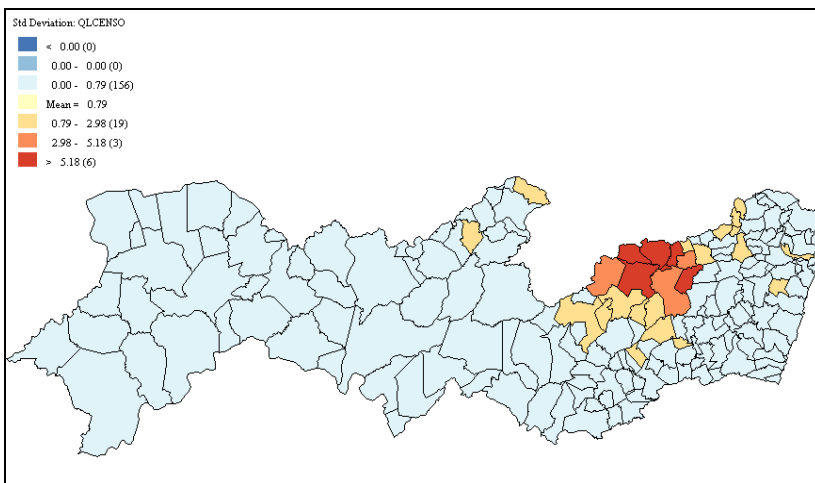
Mapa 4: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



Mapa 5: Teste LISA para o QL de confecções em 2005

Fonte: Elaboração própria.



Mapa 6: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2000 - Censo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CENSO-2000.